

# Prates garante legalidade no Revitalizar

Presidente disse que projeto seguiu o Regimento Interno ao ser avaliado nas comissões

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Diante da polêmica que ainda rodeia do Projeto de Lei Revitalizar (PL nº 302/2016), sancionado ontem pelo prefeito ACM Neto (DEM), o presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), afirmou em discurso no plenário que a matéria teve "absoluta legalidade" em sua tramitação no Legislativo. A oposição, por sua vez, argumenta que o projeto não teve a tramitação respeitada nas comissões temáticas da Casa antes de ir a votação em plenário, além de, segundo a bancada da minoria, não ter sido debatido com a população das áreas compreendidas no projeto da prefeitura. Leo Prates afirmou que até ontem não havia sido notificado da decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), que decretou o retorno da matéria à Casa a pedido da bancada da oposição.

O presidente da Câmara argumenta que o projeto "seguiu rigorosamente" o Regimento Interno, que determina a tramitação da proposta apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) e na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Leo Prates garantiu que "a Procuradoria da Câmara está estudando o caso" e "adotará todas as medidas legais cabíveis" em sua defesa.

"As regras específicas que regem à Casa são dadas pelo Regimento Interno. Se teve uma coisa procuramos fazer nessa gestão, foi a de melhorar os processos legislativos. A tramitação do Revitalizar foi histórica e de muitos aprendizados. Fizemos muito mais do que o mínimo, que seria a tramitação obrigatória apenas na

CCJ e na Comissão de Orçamento", argumentou, citando os artigos 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara de Salvador. A própria decisão do TJ-BA, na opinião de Leo Prates, reforça a legalidade da tramitação. "Eles mesmos dizem que o projeto tramitou em inúmeras comissões". Leo Prates detalhou o calendário de toda a tramitação do Revitalizar na Câmara. Segundo ele, todas as etapas foram "rigorosamente cumpridas" até a apreciação em plenário, que aconteceu em 26 de abril último. "Continuaremos trabalhando de forma democrática para aperfeiçoar os debates e os processos legislativos na Câmara Municipal de Salvador", disse o presidente da Câmara Municipal.

O Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo (Revitalizar) abrange, de acordo com a mensagem do prefeito ACM Neto, imóveis, tombados ou não, bem como edificações em terrenos ociosos ou subutilizados localizados na região, aliado ao estímulo à implantação de novas atividades.



LEO Prates disse que não havia sido notificado da decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), que decretou o retorno da matéria à Casa

## Oposição diz que Executivo desobedeceu a Justiça

Em entrevista à Tribuna, o líder da oposição na Câmara Municipal, vereador José Trindade (PSL), afirmou que o prefeito ACM Neto desobedeceu a uma decisão do Tribunal de Justiça, e acusou o democrata de editar o Diário Oficial do Município (DOM), que tem publicação apenas eletrônica, após sua publicação na data de ontem. "Eu vi de manhã cedo o Diário Oficial e não constava a sanção do Revitalizar. No final da manhã, após tomar conhe-

cimento de que a Justiça acatou nosso pedido e proibiu que ele sancionasse o projeto de lei, o prefeito colocou a sanção da lei na mesma edição. Não foi uma segunda edição do Diário Oficial, foi a mesma edição modificada", afirmou Trindade. Ainda ontem, a bancada da minoria voltou ao Tribunal de Justiça com uma nova petição para "denunciar o prefeito por desrespeitar uma decisão judicial". "O mandado de segurança deferido pelo Tribunal de

Justiça da Bahia foi deferido para que o projeto voltasse a tramitar na Câmara, desde o início. Portanto, sua votação está anulada, e conseqüentemente não pode ser sancionado pelo Executivo. O prefeito mexeu no Diário Oficial após ele ser publicado. Isso é grave. Nós estamos tomando atitudes efetivas para garantir os direitos das pessoas que serão prejudicadas com esse projeto", afirmou José Trindade. (RF)

## Líderes avaliam que o PT 'saiu mais forte' do PED

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Além da vitória de seu candidato, lideranças das tendências internas do Partido dos Trabalhadores EPS (Esquerda Popular Socialista), CNB (Construindo um Novo Brasil) e o Trabalho avaliam que o Processo de Eleição Direta (PED), que reelegeu no final de semana o atual presidente da legenda na Bahia, Everaldo Anuniação, para mais dois anos, foi um marco pela participação da militância, sobretudo dos jovens, e dos grandes nomes do PT na Bahia. "O congresso foi um momento de renovação e destacou a ampla participação da juventude da tendência, dirigindo a bancada e com defesas contundentes no plenário", diz o deputado federal Valmir Assunção (PT), líder da EPS. A resolução aprovada pela maioria do congresso foi construída por EPS, CNB e O Trabalho.

"Nosso crescimento é fruto de muito trabalho e da participação ativa da juventude, negros, mulheres, LGBT, e movimentos sociais, sindicais e populares", diz Valmir Assunção. As atividades da etapa estadual do congresso do partido reuniram petistas de todas as regiões da Bahia, contou com a participação de lideranças políticas de diferentes núcleos do PT e envolveu a militância de todo o Estado, parlamentares, secretários de estado e do ex-governador Jaques Wagner. Para a próxima gestão, a EPS contará com cinco das 20 vagas da executiva do partido - o que demonstra a força política que a corrente terá neste mandato da direção petista que vai até 2019.

Para o presidente estadual reeleito, Everaldo Anuniação, a conjuntura agora é para eleger o presidente nacional na etapa do Congresso do partido em junho, além de traçar estratégias para o próximo período do ano. "Vivemos um tempo de caos na política nacional e esse é mais um momento para fortalecer o partido e todos os setores envolvidos. O importante desse processo interno é a construção dessa política com os movimentos sociais, como o MST, CUT, Fetraf, UNE, negros, mulheres, jovens, indígenas e quilombolas. Todos unidos para derrubar esse governo golpista e restabelecer a ordem no país com Lula presidente", disse.

Líder da oposição na Câmara Municipal de Salvador, o vereador Luiz Carlos Suíça, que também apoiou Everaldo, disse que o próximo passo é visitar as regiões do estado e iniciar a construção do processo para 2018. Ele acredita que a base política, os movimentos, as setoriais, e todos os grupos de esquerda devem permanecer unidos para "derrubar o governo de Michel Temer nas ruas".



EVERALDO Anuniação foi reeleito após união das tendências EPS, CNB e O Trabalho

## Ex-presidente da OAB-BA critica "decisão rápida" sobre o impeachment de Temer

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O jurista Saul Quadros, advogado e ex-presidente da OAB-BA, se disse surpreso com a velocidade da aprovação do pedido de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB). No último sábado, 25 seccionais da Ordem aprovaram o relatório que recomenda que a entidade ingresse com o pedido. O documento será protocolado ainda nesta semana na Câmara dos Deputados. Quadros criticou a quantidade de pedidos protocolados poucas horas após os primeiros vazamentos na imprensa a respeito da delação da JBS. "A minha primeira surpresa é que, logo depois que foi anunciada a delação contra o presidente, vários impeachments já tinham sido preparados. Eu não posso entender como uma ação que tem a responsabilidade de pedir o afastamento de um Presidente da República possa ser elaborada em menos de 4 ou 5 horas. Isso é um negócio estranho. Parece que já existia um conhecimento prévio dessas pessoas que fizeram isso", diz à Tribuna.

O jurista afirmou que o Conselho Federal se comporta da mesma maneira de como se comportou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. "Só que também em

uma velocidade muito mais rápida do que a outra", continua Quadros. O jurista afirma que todos têm o direito a defesa diante de qualquer acusação. O ex-presidente da OAB-BA comentou a declaração do atual presidente da seccional baiana, o advogado Luiz Viana Queiroz, que em entrevista à Tribuna ontem afirmou que é preciso fazer um "pacto pela nação" para o Brasil sair da crise. "Eu acho que nós temos que encontrar uma fórmula para resolver esse imbróglio que nós estamos metidos. Se é pacto pela nação, se é a mais ampla Reforma Política possível para essa gente que está aí não poder se candidatar, para poder fazer valer a

lei da Ficha Limpa.", afirma. "Pacto pelo Brasil" não significa nada, o que significa é ter vergonha na cara. O político brasileiro precisa ter vergonha na cara", completa.

Saul Quadros criticou o projeto de eleições diretas neste momento, já que a Constituição prevê eleições indiretas: "Eu acho que a saída jurídica neste momento está na Constituição Brasileira, que tem que ser respeitada. A Constituição tem que ser obedecida. Todo mundo invoca a Constituição, mas ninguém a respeita. Nós temos uma carta que deu um trabalho enorme, fruto de um trabalho após o período de Ditadura Militar".



SAUL QUADROS disse que o Conselho Federal se comporta da mesma maneira como no impeachment de Dilma Rousseff

## "Isso é uma excrescência", diz Saul Quadros

Ainda à Tribuna, Saul Quadros criticou o "perdão judicial" concedido aos empresários JBS após a delação premiada que abalou o país. Segundo a Procuradoria-Geral da República, os delatores merecem o benefício porque Joesley Batista colocou a vida em risco ao participar das ações controladas. Além de denunciar os esquemas de corrupção, ele gravou as conversas que teve com políticos e negociou a entrega de propina. "No meu modo de

entender isso é uma excrescência! Pode colocar isso aí. É uma excrescência jurídica! Não é possível, esses caras tinham que ser condenados a 50 anos de cadeia. Como eles denunciaram, dividia a pena para 25 anos de cadeia. É isso que eles mereciam. Agora, saem daqui com o dinheiro do país, porque compraram dólar [antes de deixar o país], e estão lá nos Estados Unidos livres e com autorização judicial", critica.

A PGR alega que os delatores entregaram provas contundentes para desarticular crimes em andamento. Entretanto, segundo o advogado, a decisão do judiciário fomenta novos crimes. "Isso é horrível, isso é uma decepção, isso é você respaldar a criminalidade. O cara vai, diz 'eu roubei, eu confessei, eu fiz isso, olha...' e aí você isenta a responsabilidade dessas pessoas? Não é possível isso", completa. (HB)